



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 11 referem-se ao texto que segue.

STF, Previdência e manchetes

As declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal ao jornal **O Estado de S. Paulo**, publicadas com grande destaque no dia 15 de janeiro deste ano, abalaram os mercados financeiros, o governo, os juristas, os bacharéis, o Legislativo, os aposentados de todas as categorias. O país tremeu nas bases:

"Previdência só muda com revolução, diz Mello" (1ª página, oito colunas)

"Para Marco Aurélio, reforma só com revolução" (página A8, oito colunas)

Dia seguinte, o jornalão mandou brasa na fala do presidente do Supremo com um daqueles famosos petardos da página de opinião: "Fora dos autos e à margem da ética".

Uma semana depois, no mesmo Estadão, manchete na página 5, igualmente em oito colunas:

"Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios"

O que aconteceu? Alguém falou o que não devia ou alguém reproduziu mal o que ouviu?

Nem uma coisa nem outra. O ministro-presidente disse duas coisas registradas com igual precisão no corpo da matéria: que os direitos adquiridos, cláusula pétrea da Constituição, só podem ser alterados por uma Assembléia Constituinte ou por um estado de exceção; que ele é favorável ao regime único de aposentadorias, desde que respeitados os direitos adquiridos.

O problema é que a manchete apoiou-se apenas nos elementos potencialmente mais explosivos (reforma da Previdência só com uma revolução), deixando de lado a opinião do declarante contra a manutenção dos privilégios.

Está na hora de nós, jornalistas, reexaminarmos procedimentos e padrões para a formulação de títulos, sobretudo as grandes manchetes. Partindo do pressuposto reacionário de que o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou afirmações divergentes, adotamos o princípio do falso impacto: "uma sentença, uma idéia".

Acontece que no jornalismo moderno, editores preocupados com os perigos do simplismo recorrem a manchetes com duas idéias: usam ponto-e-vírgula para separá-las e confrontá-las, ou recorrem à complicada conjunção **mas** para justapô-las. Evita-se, assim, oferecer apenas um ângulo da questão ou, no caso de conflitos, exibir preferências.

(Alberto Dines, Revista **Consultor jurídico**, Jan/2003)

1. A crítica que faz o jornalista Alberto Dines, em seu artigo, tem como alvo
 - (A) a redação das manchetes de jornal que, por apresentarem dois fatos contraditórios, acabam confundindo o leitor e deturpando a notícia.
 - (B) a dubiedade das afirmações do Ministro do Supremo, em seus sucessivos pronunciamentos acerca da reforma da Previdência.
 - (C) as falsas inferências de quem redigiu a matéria, que inverteram inteiramente o sentido das declarações do Ministro Marco Aurélio.
 - (D) a parcialidade simplista das duas primeiras manchetes citadas, que exploraram apenas um dos elementos das declarações do Ministro Mello.
 - (E) as declarações bombásticas do Ministro do Supremo, que não avaliou bem o efeito alarmante que elas poderiam provocar junto à opinião pública.
2. Quando Alberto Dines afirma que
 - (A) a manchete apoiou-se apenas nos elementos potencialmente mais explosivos, está justificando o fato de que o Ministro falou o que não devia.
 - (B) o país tremeu nas bases, está-se referindo ao efeito causado por um daqueles famosos petardos da página de opinião do jornal "Estadão".
 - (C) o jornalão mandou brasa na fala do Presidente do Supremo, está-se referindo ao corpo da matéria "Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios".
 - (D) o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou duas afirmações divergentes, está externando sua posição pessoal.
 - (E) recorrem a manchetes com duas idéias, está indicando um procedimento adotado por editores que desejam evitar o perigo das manchetes simplistas.
3. Partindo do pressuposto reacionário de que o leitor brasileiro não tem condições de compreender um título que contenha dois fatos ou afirmações divergentes, adotamos o princípio do falso impacto: "uma sentença, uma idéia."
Com a afirmação acima, deve-se entender que
 - (A) o conservadorismo preconceituoso da nossa imprensa revela-se quando os jornalistas evitam, numa manchete, a exata correspondência entre uma idéia e a palavra que a exprime.
 - (B) muitos jornalistas, por preconceito e conservadorismo, subestimam o nível de compreensão do leitor brasileiro quando evitam uma manchete que apresente duas idéias contraditórias numa única frase.
 - (C) os jornalistas, buscando ser revolucionários, traduzem duas idéias contraditórias numa única manchete, buscando criar com esse procedimento um falso impacto no leitor desavisado.
 - (D) o conservadorismo preconceituoso da nossa imprensa é responsável pelo fato de que o leitor brasileiro deixa de compreender qualquer título que contenha duas opiniões acerca de fatos divergentes.
 - (E) muitos jornalistas, na pressuposição que o leitor brasileiro reage mal diante de qualquer fato que o contraria, formulam manchetes que atenuam de modo simplista o conteúdo explosivo da notícia.

<p>4. Está de acordo com as normas de concordância verbal a seguinte frase:</p> <p>(A) Aos editores preocupados com o perigo do simplismo cabem recorrer aos expedientes que o evitam.</p> <p>(B) Um daqueles famosos petardos, freqüentes na página de opinião, acabaram sendo disparados no dia seguinte.</p> <p>(C) O respeito aos direitos adquiridos constituem uma das cláusulas pétreas da Constituição.</p> <p>(D) Quando se recorrem a manchetes com duas idéias, permitem-se manifestar-se as contradições.</p> <p>(E) Fatos ou afirmações divergentes, numa mesma manchete, hão de traduzir mais fielmente a complexidade de uma questão.</p>	<p>8. Estão corretamente grafadas todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Um jornalista deve abster-se de julgar o que noticia, afim de que seu público possa ter asseso às várias posições e emitir, ele sim, seu próprio julgamento.</p> <p>(B) Alberto Dines é um notório crítico da imprensa; o fato de ser jornalista não o impede de polemizar com vários colegas, quando cometem algum deslize.</p> <p>(C) A dúvida suscitada por uma manchete poderia ser evitada caso o redator não se eximisse da responsabilidade de mostrar os dois lados de um mesmo fato.</p> <p>(D) A repercussão das primeiras manchetes deveu-se ao fato de que elas destorceram a declaração do Ministro, reproduzindo-a apenas parcialmente.</p> <p>(E) A virtude jornalística não está em privilegiar a face sensacionalista de um fato, mas em abranjê-lo em toda a sua complexidade.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, está corretamente traduzido o sentido de uma frase do texto em:</p> <p>(A) <i>Recorrem à complicada conjunção mas para justapô-las</i> = incorrem no equívoco da conjunção mas para integrá-las.</p> <p>(B) <i>um daqueles famosos petardos da página de opinião</i> = uma daquelas opiniões ambíguas das célebres reportagens.</p> <p>(C) <i>"Fora dos autos e à margem da ética"</i> = sem jurisprudência, mas eticamente inflexível.</p> <p>(D) <i>Partindo do pressuposto reacionário</i> = com uma alegação supostamente revolucionária.</p> <p>(E) <i>para separá-las e confrontá-las</i> = a fim de as distinguir e cotejar.</p>	<p>9. Considerando-se a situação em que surgiu a manchete "Menos polêmico, Mello pede fim dos privilégios", a expressão destacada deve ser compreendida como</p> <p>(A) A par de ser menos polêmico.</p> <p>(B) Agora menos polêmico.</p> <p>(C) Conquanto menos polêmico.</p> <p>(D) Embora menos polêmico.</p> <p>(E) Mesmo que menos polêmico.</p>
<p>6. São formas equivalentes, para se dizer a mesma coisa:</p> <p>(A) <i>apoiou-se apenas nos elementos mais explosivos / não se apoiou senão nos elementos mais explosivos.</i></p> <p>(B) <i>nem uma coisa nem outra / nenhuma coisa nem qualquer outra.</i></p> <p>(C) <i>a opinião do declarante contra a manutenção dos privilégios / a opinião do declarante que vai ao encontro da manutenção dos privilégios.</i></p> <p>(D) <i>à margem da ética / do lado da ética.</i></p> <p>(E) <i>é favorável ao regime único de aposentadorias / favorece-se de um único regime de aposentadorias.</i></p>	<p>10. O recurso de se separar e confrontar duas idéias divergentes por meio de um ponto-e-vírgula está adequadamente utilizado na frase:</p> <p>(A) A medida foi aprovada pela Câmara; a expectativa é que seja rejeitada pelo Senado.</p> <p>(B) Ele afirmou que não entrará com recurso; muito embora ninguém acredite.</p> <p>(C) O delegado prometeu fazer uma investigação rigorosa; seu passado avaliza sua promessa.</p> <p>(D) Muitos se interessaram em fazer o concurso; cujo edital deverá ser publicado brevemente.</p> <p>(E) A notícia gerou muita polêmica; porque a matéria tratada divide, efetivamente, as opiniões.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz ativa a frase <i>só podem ser alterados por uma Assembléia Constituinte</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) poderia alterar.</p> <p>(B) podem-se alterar.</p> <p>(C) pode alterar.</p> <p>(D) alterar-se-ão.</p> <p>(E) será alterada.</p>	<p>11. As duas primeiras manchetes de que Alberto Dines faz referência mostram bem o modo com que se pode falsear uma declaração.</p> <p>Para corrigir o período acima, as duas expressões destacadas devem ser substituídas, respectivamente, por</p> <p>(A) a cujas e em que.</p> <p>(B) em que e de que.</p> <p>(C) que e que.</p> <p>(D) a que e como.</p> <p>(E) à que e no qual.</p>

Atenção: As questões de números 12 a 20 referem-se ao texto que segue.

Autoridade e autoritarismo

A confusão que tantas vezes se estabelece entre autoridade e autoritarismo acaba dissolvendo o sentido da primeira. Quando somos vítimas de práticas autoritárias, passamos a crer que o princípio da autoridade é apenas o primeiro passo de uma escalada que leva necessariamente à força, à opressão, ao arbítrio. Mas é preciso desfazer esse formidável equívoco. Não havendo autoridade, não há sociedade que se organize; havendo autoritarismo, perde-se o sentido essencial do que deve ser uma sociedade.

O curioso é que essas reflexões me ocorreram na época do carnaval, essa festa que a cada ano ocorre como uma prática libertária exemplar. É possível que, em suas origens pagãs, o carnaval tenha sido uma demonstração de alegria anárquica, incontrolável, libérrima. Mas à medida que veio ganhando maiores proporções, veio também exigindo alguns parâmetros de controle. Hoje, poucas manifestações públicas são tão regradas e controladas quanto um grande desfile de carnaval. As escolas e os blocos são criados com regimento interno, organograma e cronograma das atividades. Na hora de um desfile, o respeito ao tempo do relógio é um drástico critério de avaliação. Há dezenas de regras sob os passos dos sambistas e sob as rodas dos carros alegóricos.

Sirva o exemplo para lembrar que mesmo nossa maior festa popular tem suas margens de liberdade, além das quais há sempre violência e caos. Quem está nas arquibancadas não se sente oprimido pela regulamentação do espetáculo; aceita-a como um critério estabelecido e reage com aplausos e muita animação. A força de um desfile carnavalesco está tanto na euforia dos participantes e dos espectadores quanto no sentido dos limites que dão forma e organização ao espetáculo. Como se vê, a constituição da autoridade se preserva até mesmo numa festa; já o autoritarismo é a negação de toda alegria e de toda prática de liberdade.

(José Fausto Correia, inédito)

12. O autor do texto vale-se do exemplo do carnaval para demonstrar que

- (A) as festas populares prescindem do princípio da autoridade.
- (B) o princípio da autoridade enseja uma forma e uma organização.
- (C) o autoritarismo é intrínseco a qualquer prática de regulamentação.
- (D) o princípio da autoridade leva à força e à repressão incontroláveis.
- (E) o autoritarismo nasce para combater a violência e o caos.

13. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:

- (A) Deve-se à preservação do sentido de autoridade o sucesso de muitos empreendimentos cujo objetivo é a expressão da alegria e da liberdade.
- (B) Ao contrário do princípio de autoridade, o autoritarismo implica em exclusão do sentido de liberdade, na qual seria impraticável sobre a tutela deste.
- (C) É com frequência que por se estabelecer confusão entre autoridade e autoritarismo, pode acarretar algum prejuízo para a compreensão do primeiro.
- (D) Se nem mesmo uma festa como o carnaval exclue organização, haja vista a necessidade de disciplina que o norteia, é por que a autoridade impõe-se sem confundir-se com o autoritarismo.
- (E) Ainda que a festa carnavalesca propicie alegria e liberdade, mesmo assim exige-se rigor no cumprimento das normas que a regem, sem as cujas descambariam em caos e violência.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A confusão que tantas vezes se estabelece entre autoridade e autoritarismo acaba dissolvendo o sentido da primeira.
- II. Quando somos vítimas de práticas autoritárias, passamos a crer que o princípio da autoridade é apenas o primeiro passo de uma escalada que leva necessariamente à força, à opressão, ao arbítrio.

É correto afirmar que

- (A) I e II são visões alternativas de um mesmo fato.
- (B) o que se afirma em II torna ambíguo o que se afirma em I.
- (C) o que se afirma em I é justificado pelo que se afirma em II.
- (D) I e II são afirmações paralelas, sem relação entre si.
- (E) a afirmação I é contraditória em relação ao que se afirma em II.

15. A força de um desfile carnavalesco está tanto na euforia dos que participam do desfile carnavalesco quanto na dos espectadores que assistem ao desfile carnavalesco, lembrando ainda que a observância dos limites que dão forma ao desfile carnavalesco é uma de suas atrações.

Para evitar as abusivas **repetições** do texto acima, é preciso substituir os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) dele participam - lhe assistem - o dão forma.
- (B) nele participam - assistem-no - o dão forma.
- (C) lhe participam - o assistem - lhe dão forma.
- (D) nele participam - lhe assistem - dão-no forma.
- (E) dele participam - a ele assistem - lhe dão forma.

<p>16. Está correta a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Afirma o autor que as reflexões que desenvolveu ao longo do texto haveriam de lhe ocorrer à época do último carnaval.</p> <p>(B) Se o carnaval pagão pudesse ter mantido todas as suas primitivas características, talvez tenhamos um exemplo de liberdade absoluta.</p> <p>(C) É preciso que, tão logo surjam ameaças à nossa liberdade, nos valhamos das leis para garantir nosso direito ao pleno exercício dela.</p> <p>(D) Se não houvesse qualquer autoridade, mesmo os anarquistas mais convictos acabarão por constituir alguma forma de ordenação.</p> <p>(E) As normas serão rigorosamente seguidas pelos participantes do desfile, mas nem por isso empanaram o brilho do espetáculo.</p>	<p>19. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Poucos imaginam entre os turistas estrangeiros: que assistindo ao desfile carnavalesco estão presenciando um espetáculo – cuja euforia se assenta, sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(B) Poucos imaginam, entre os turistas estrangeiros, que, assistindo ao desfile carnavalesco, estão presenciando um espetáculo cuja euforia se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(C) Poucos imaginam, entre os turistas estrangeiros, que assistindo ao desfile carnavalesco, estão presenciando um espetáculo cuja euforia, se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(D) Poucos imaginam – entre os turistas estrangeiros – que assistindo ao desfile carnavalesco estão presenciando um espetáculo cuja euforia, se assenta sobre regras bem estabelecidas.</p> <p>(E) Poucos imaginam entre os turistas estrangeiros que, assistindo ao desfile carnavalesco estão, presenciando, um espetáculo cuja euforia se assenta: sobre regras bem estabelecidas.</p>
<p>17. Para que se estabeleça a concordância verbal adequada, é preciso flexionar no plural a forma verbal sublinhada na seguinte frase:</p> <p>(A) A inteira observância de preceitos estabelecidos não <u>implica</u> renúncia ao sentido maior da liberdade.</p> <p>(B) Toda aquela gente que se <u>anima</u> nas arquibancadas conhece muito bem as regras que disciplinam o desfile.</p> <p>(C) Quem, entre os brasileiros, <u>cometeria</u> a tolice de afirmar que um desfile de carnaval dispensa todo e qualquer tipo de regra?</p> <p>(D) Cada um dos estrangeiros que os acompanham se <u>deslumbra</u>, intimamente, com nossos desfiles de carnaval.</p> <p>(E) Se a autoridade e o autoritarismo <u>constituísse</u> um par inseparável, não haveria como distinguir entre a democracia e a ditadura.</p>	
<p>18. Estão corretas ambas as formas verbais sublinhadas na frase:</p> <p>(A) Caso as normas não <u>intervissem</u> em nossas práticas sociais, <u>destruir-nos-íamos</u> uns aos outros.</p> <p>(B) Se não nos <u>atéssemos</u> a nenhuma norma, <u>prejudicarmos-nos-íamos</u> a nós mesmos.</p> <p>(C) É necessário que se <u>disponhe</u> de normas justas, para que a autoridade <u>detenha</u> uma forma aceita de poder.</p> <p>(D) Caso não nos <u>convisse</u> obedecer a um mínimo de normas, qualquer uma delas seria rechaçada tão logo se <u>impusesse</u>.</p> <p>(E) Quem se <u>dispor</u> a acompanhar um desfile carnavalesco, <u>dar-se-á</u> conta de que ele cumpre um rigoroso regulamento.</p>	<p>20. Justifica-se inteiramente o emprego do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não será permitido à ninguém recorrer a uma concepção de liberdade que venha a contrariar àquela que é de consenso social.</p> <p>(B) Os que reagem irritados à uma demonstração prática de liberdade são os mesmos que aplaudem às medidas de força e de exceção.</p> <p>(C) À partir do momento em que não haja obediência à qualquer norma, estará comprometida a prática mesma da liberdade.</p> <p>(D) Não cabe às autoridades constituídas definir o que seja liberdade, mas permitir que todos tenham acesso às práticas previstas em lei.</p> <p>(E) É preciso avaliar à distância que existe entre a prática autoritária e àquela que respeita um controle social de liberdade.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 23 considere o regime da Lei nº 8.112/90.

21. Suponha que um servidor público labore, em determinado dia, até às 23h30. Suponha também que a jornada normal de trabalho desse servidor se encerre às 22 horas, computando-se, após esse horário, serviço extraordinário, com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho. Nessa situação, o servidor fará jus, ainda, a um acréscimo sobre o valor-hora de

- (A) 20% a título de adicional noturno, pelo período laborado após às 23 horas, incidindo tal adicional sobre a remuneração já com acréscimo pelo serviço extraordinário.
- (B) 25% a título de adicional noturno, pelo período laborado após às 22 horas, incidindo tal adicional sobre a remuneração já com acréscimo pelo serviço extraordinário.
- (C) 25% a título de adicional noturno, pelo período laborado após às 22 horas, incidindo tal adicional sobre a remuneração, excluído do cômputo o adicional pelo serviço extraordinário.
- (D) 20% a título de adicional noturno, pelo período laborado após às 22 horas, incidindo tal adicional sobre a remuneração, excluído do cômputo o adicional pelo serviço extraordinário.
- (E) 20% a título de adicional noturno, pelo período laborado após às 23 horas, incidindo tal adicional sobre a remuneração, excluído do cômputo o adicional pelo serviço extraordinário.

22. Completado um quinquênio de efetivo exercício e havendo interesse da Administração, um servidor pleiteou e obteve licença para afastar-se do exercício do seu cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por 3 meses, para participar de curso de capacitação profissional. O deferimento dessa licença foi

- (A) legal.
- (B) ilegal, relativamente ao período aquisitivo do direito.
- (C) ilegal, relativamente ao caráter remunerado.
- (D) ilegal, relativamente à duração da licença.
- (E) ilegal, por tratar-se de ocupante de cargo efetivo.

23. Um servidor público ocupa, remuneradamente, um cargo de médico junto à Administração Direta da União e um cargo de professor em uma autarquia federal. Considerando-se que haja compatibilidade de horários, esse servidor, remuneradamente,

- (A) poderá ainda ocupar um cargo público de médico, desde que junto à Administração de um Estado ou de um Município.
- (B) poderá ainda ocupar um cargo público de professor, independentemente da esfera da Federação em que se situe.
- (C) poderá ainda ocupar um cargo público de médico, independentemente da esfera da Federação em que se situe.
- (D) poderá ainda ocupar um cargo público de professor, desde que junto à Administração de um Estado ou de um Município.
- (E) não poderá ocupar outro cargo público, independentemente da esfera da Federação em que se situe.

24. De acordo com o princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos,

- (A) não poderão eles ser objeto de análise pelo Poder Judiciário.
- (B) não poderão eles ter sua legalidade questionada em nenhuma instância judiciária ou administrativa.
- (C) deverão eles ser praticados em conformidade com a legislação vigente.
- (D) são eles considerados legais, até que declarada sua ilegalidade pelo Poder Judiciário.
- (E) são eles considerados legais, não sendo admitida prova em contrário.

25. Se um ato administrativo é praticado, sendo a matéria de fato ou de direito invocada em sua motivação juridicamente inadequada ao resultado obtido, está-se diante do vício conhecido como

- (A) desvio de finalidade.
- (B) excesso de poder.
- (C) inexistência dos motivos.
- (D) incompetência.
- (E) desvio de poder.

26. Se não houver lei específica a respeito, uma decisão proferida por autoridade administrativa

- (A) não pode ser objeto de recurso para a autoridade superior.
- (B) pode ser objeto de recurso apenas para a autoridade imediatamente superior.
- (C) poderá ser objeto de recurso até o chefe do Poder respectivo.
- (D) poderá ser objeto de recurso até o titular do órgão a que pertencer a autoridade que proferiu a decisão.
- (E) pode ser objeto de recurso por, no máximo, três instâncias administrativas.

27. Decorre diretamente do princípio do contraditório, aplicável aos processos administrativos, a seguinte regra:

- (A) A competência para o julgamento é irrenunciável.
- (B) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (C) Em caso de risco iminente, a Administração pode tomar medidas acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado.
- (D) Devem ser objeto de intimação os atos do processo de que resultem para o interessado a imposição de deveres, ônus e sanções.
- (E) O processo pode ser extinto quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

<p>28. Imóvel de propriedade de autarquia estadual, utilizado no exercício de sua atividade fim, é considerado bem</p> <p>(A) particular dominical.</p> <p>(B) público de uso comum do povo, por natureza.</p> <p>(C) público de uso comum do povo, por destinação.</p> <p>(D) público de uso especial.</p> <p>(E) particular de uso especial.</p>	<p>31. A Administração pode atribuir ao particular a execução de serviço público, a título precário, por meio de</p> <p>(A) concessão.</p> <p>(B) permissão.</p> <p>(C) homologação.</p> <p>(D) licença.</p> <p>(E) admissão.</p>
<p>29. A União Federal celebra convênio com determinada entidade privada sem fins lucrativos, visando à consecução de atividade de interesse comum, por meio do qual o particular recebe recursos públicos. A utilização desses recursos é vinculada às finalidades do convênio e o particular deverá apresentar ao final a devida prestação de contas. O Tribunal de Contas da União, nesta hipótese,</p> <p>(A) não é competente para exercer controle, por se tratar o destinatário dos recursos de entidade sem fins lucrativos.</p> <p>(B) é competente para controlar a aplicação dos recursos na finalidade do convênio, por se tratar de recursos públicos, ainda que administrados por particular.</p> <p>(C) é competente para controlar a transferência dos recursos da União para o particular, mas não poderá imiscuir-se na destinação que o particular der a eles.</p> <p>(D) é competente apenas para dar parecer sobre a aplicação dos recursos, sem contudo poder aplicar sanções ao particular pela sua má utilização.</p> <p>(E) não é competente para exercer controle, por se tratar de convênio regido pelo direito privado.</p>	<p>32. Para fins orçamentários, consideram-se créditos extraordinários as autorizações de despesas que</p> <p>(A) resultam da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.</p> <p>(B) se destinam a reforço de dotação orçamentária, sendo autorizados por lei e abertos por Decreto executivo.</p> <p>(C) visam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo abertos por Decreto executivo.</p> <p>(D) dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, devendo ser precedidos de exposição justificativa.</p> <p>(E) se destinam a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.</p>
<p>30. O Tribunal Regional do Trabalho concedeu a uma analista judiciária licença por motivo de doença de seu cônjuge, pelo prazo de trinta dias. Após o término da licença, descobriu-se que a servidora em questão prestou serviços advocatícios de consultoria a uma empresa durante o período de afastamento. O fato foi apurado e comprovado, em sede de processo administrativo regular, ao final do qual foi revogada pelo Tribunal a licença que lhe havia sido concedida. A revogação da licença pelo Tribunal, nesse caso, é</p> <p>(A) descabida, porque somente caberia anulação do ato de concessão da licença mediante processo judicial.</p> <p>(B) descabida, porque não é possível revogação de ato administrativo por órgão do Poder Judiciário.</p> <p>(C) descabida, porque a revogação não pode produzir efeitos retroativos.</p> <p>(D) adequada, porque o Tribunal estava no exercício de atividade administrativa vinculada.</p> <p>(E) adequada, porque restou afastada a presunção de veracidade do ato revogado, em sede de processo administrativo regular.</p>	<p>33. Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,</p> <p>(A) serão convocadas novas eleições, cabendo aos eleitos um mandato de 4 anos, caso a vacância ocorra nos primeiros 6 meses do período presidencial.</p> <p>(B) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) a eleição para os cargos será feita 90 dias depois de aberta a última vaga, quando a vacância ocorrer nos 2 últimos anos do período presidencial.</p> <p>(D) será realizada eleição para os cargos pelo Congresso Nacional, quando a vacância ocorrer nos 2 primeiros anos do período presidencial.</p> <p>(E) assumirá a Presidência da República o Presidente do Congresso Nacional, devendo completar o período de seus antecessores.</p> <p>34. O Ministério Público é uma instituição que</p> <p>(A) é vinculada à Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(B) está subordinada ao Poder Executivo.</p> <p>(C) goza de independência funcional.</p> <p>(D) é considerada órgão do Poder Judiciário.</p> <p>(E) abrange Ministérios Públicos dos Estados e Municípios.</p>

<p>35. Medida provisória é editada pelo Presidente da República, criando 20 novas Varas do Trabalho para atender à demanda do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Essa medida provisória</p> <p>(A) é inconstitucional, por versar sobre matéria que lhe é vedada pela Constituição.</p> <p>(B) fere a Constituição, pois somente poderia ser editada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.</p> <p>(C) vigorará pelo prazo de 30 dias, sob pena de perda de eficácia se não convertida em lei.</p> <p>(D) não produzirá efeitos, enquanto não apreciada sua constitucionalidade pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) deverá ser submetida ao Supremo Tribunal Federal antes de sua conversão em lei.</p>	<p>39. De acordo com a Constituição Federal, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida que incumbia a órgão administrativo tornar efetiva norma constitucional, o Supremo Tribunal Federal deverá</p> <p>(A) suprir a omissão, adotando a medida cabível de ofício.</p> <p>(B) dar ciência ao órgão competente, assinalando-lhe um prazo de 30 dias para a adoção da medida.</p> <p>(C) manter-se inerte, pois ao Poder Judiciário não cabe tomar qualquer providência em tal caso.</p> <p>(D) comunicar ao Presidente do Congresso Nacional, para que fiscalize o cumprimento da medida pelo órgão administrativo.</p> <p>(E) determinar a suspensão da eficácia da norma constitucional violada até que esta seja alterada ou adotada a medida pelo órgão competente.</p>
<p>36. O Senado Federal compõe-se de representantes</p> <p>(A) dos Estados, Territórios e Distrito Federal, elegendo-se cada Senador com 2 suplentes.</p> <p>(B) do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado e no Distrito Federal.</p> <p>(C) do povo, renovando-se sua composição a cada 4 anos, alternadamente por 1/3 e 2/3.</p> <p>(D) do povo dos Estados, Territórios e Distrito Federal, eleitos para um mandato de 4 anos.</p> <p>(E) dos Estados e Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.</p>	<p>40. Proposta de Emenda à Constituição com vistas à inclusão do direito à alimentação entre os direitos sociais, apresentada à Câmara dos Deputados por 1% do eleitorado nacional, distribuído nos Estados do Acre, Alagoas, Bahia e Pernambuco, fere a Constituição porque</p> <p>(A) não aderiram tantos Estados quantos necessários para a apresentação de proposta de Emenda de iniciativa popular à Constituição.</p> <p>(B) direitos sociais não podem ser objeto de proposta de Emenda à Constituição.</p> <p>(C) a votação de proposta de iniciativa popular tem início no Senado Federal, e não na Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) a matéria relacionada aos direitos sociais é de iniciativa privativa do Presidente da República.</p> <p>(E) não pode haver apresentação de proposta de Emenda à Constituição por iniciativa popular.</p>
<p>37. O filho de pai brasileiro e mãe francesa, nascido na França, é considerado</p> <p>(A) brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.</p> <p>(B) brasileiro nato, sujeito a perder sua nacionalidade por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) estrangeiro, podendo optar pela nacionalidade brasileira após completar 21 anos de idade.</p> <p>(D) brasileiro naturalizado, podendo optar pela nacionalidade francesa, sem perder a brasileira.</p> <p>(E) estrangeiro, podendo naturalizar-se brasileiro se vier a residir por 15 anos ininterruptos no Brasil.</p>	<p>41. Na hipótese de ser negado a alguém o acesso a informações, a seu respeito, constantes do banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, é possível a impetração, por essa pessoa, de</p> <p>(A) <i>habeas data</i>.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) mandado de injunção.</p> <p>(D) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(E) ação popular.</p>
<p>38. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União será exercida, mediante controle externo, pelo</p> <p>(A) Ministério da Justiça, com o auxílio do Procurador Geral da República.</p> <p>(B) Ministério Público Federal, sob a supervisão do Presidente da República.</p> <p>(C) Senado Federal, por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.</p> <p>(D) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(E) Supremo Tribunal Federal, relativamente às contas do Presidente da República.</p>	

<p>42. A sentença judicial que reconhece a prática de ato de improbidade administrativa por agente público, suspendendo-lhe os direitos políticos e tornando indisponível seus bens,</p> <p>(A) afronta a Constituição, pois não se admite a suspensão de direitos políticos em Estado Democrático de Direito.</p> <p>(B) ofende a Constituição, que assegura a propriedade como direito fundamental do indivíduo, sendo vedado o confisco.</p> <p>(C) impede o ajuizamento de ação com vistas à condenação do agente na esfera criminal.</p> <p>(D) está em conformidade com a Constituição, que prevê ainda a perda da função e o ressarcimento ao erário, na forma da lei.</p> <p>(E) está em conformidade com a Constituição, que possibilita ainda a condenação criminal do agente, na mesma sentença, independentemente de ação penal.</p>	<p>45. A concessão para exploração dos serviços de telecomunicações é de competência</p> <p>(A) da União.</p> <p>(B) suplementar dos Municípios.</p> <p>(C) dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(D) comum dos Estados e Municípios.</p> <p>(E) concorrente da União e dos Estados.</p>
<p>43. José prestou serviços domésticos a Maria do Carmo no período de 25/11/1994 a 25/11/2000, tendo sido demitido sem justa causa e sem o pagamento das verbas relativas a aviso prévio e décimo terceiro salário de todo o período. Diante dessa situação, eventual reclamação trabalhista que viesse a ser promovida por José, no ano corrente, em face de Maria do Carmo, seria julgada</p> <p>(A) improcedente, porque a Constituição não assegura aviso prévio nem décimo terceiro salário ao trabalhador doméstico.</p> <p>(B) procedente apenas em relação ao décimo terceiro salário, pois a Constituição não assegura aviso prévio ao trabalhador doméstico.</p> <p>(C) procedente apenas em relação ao aviso prévio, pois a Constituição não assegura décimo terceiro salário ao trabalhador doméstico.</p> <p>(D) improcedente, em função do decurso do prazo prescricional previsto na Constituição para o ajuizamento de reclamação trabalhista.</p> <p>(E) procedente quanto a aviso prévio e décimo terceiro salário, mas apenas em relação aos cinco últimos anos do contrato de trabalho de José.</p>	<p>46. É correto afirmar que</p> <p>(A) o direito comum é fonte subsidiária do Direito do Trabalho naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.</p> <p>(B) o juiz poderá decidir por analogia, mesmo que exista expressa disposição legal ou contratual.</p> <p>(C) o juiz pode, julgando com equidade, recusar-se a aplicar qualquer lei que, a seu ver, seja injusta.</p> <p>(D) as leis, a jurisprudência e o costume são fontes formais do Direito.</p> <p>(E) a analogia e a equidade têm prevalência sobre as fontes formais do Direito.</p>
<p>44. É INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil</p> <p>(A) buscará a integração econômica dos povos da América Latina.</p> <p>(B) tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.</p> <p>(C) é formada pela união indissociável de Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>(D) constituiu-se em Estado Democrático de Direito.</p> <p>(E) veda a concessão de asilo político nas suas relações internacionais.</p>	<p>47. Por força de lei, entre a empresa que detém o controle financeiro de outra e esta empresa controlada há responsabilidade</p> <p>(A) limitada ao capital integralizado.</p> <p>(B) objetiva.</p> <p>(C) solidária passiva.</p> <p>(D) solidária ativa.</p> <p>(E) subsidiária.</p> <p>48. Na sucessão de empresas,</p> <p>(A) a venda do maquinário da empresa para mudança de ramo configura sucessão trabalhista.</p> <p>(B) ficam automaticamente extintos os contratos de trabalho temporariamente suspensos.</p> <p>(C) admite-se o acordo entre sucessor e sucedido, atribuindo-se a este as responsabilidades trabalhistas.</p> <p>(D) o sucessor responde pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo sucedido.</p> <p>(E) a fusão de duas empresas não configura sucessão trabalhista.</p>

<p>49. Durante o período aquisitivo do direito a férias, um empregado trabalhou por 5 meses em horário noturno, percebendo o adicional respectivo. Todavia, no momento das férias cumpria jornada diurna. Nesta hipótese, a remuneração das férias</p> <p>(A) incluirá, também, o maior valor recebido a título de adicional noturno.</p> <p>(B) não incluirá o adicional.</p> <p>(C) incluirá, também, a média aritmética recebida no período aquisitivo.</p> <p>(D) incluirá, também, a média duodecimal recebida no período aquisitivo.</p> <p>(E) incluirá, também, o valor recebido a título de adicional noturno no último mês trabalhado naquele horário.</p>	<p>53. Na hipótese de extinção do contrato de trabalho pela ocorrência do <i>factum principis</i>,</p> <p>(A) a indenização devida pela rescisão do contrato de trabalho será paga pelo empregador.</p> <p>(B) a indenização devida pela rescisão do contrato de trabalho será paga pelo governo responsável.</p> <p>(C) nenhuma indenização será devida ao empregado.</p> <p>(D) a indenização será reduzida à metade e será paga pelo empregador.</p> <p>(E) a indenização devida pela rescisão do contrato de trabalho será paga pelo Governo Federal.</p>
<p>50. Com relação à proteção do trabalho da mulher, é correto afirmar que</p> <p>(A) deverá ser concedido à mulher um intervalo mínimo de 12 horas consecutivas, para descanso, entre duas jornadas de trabalho.</p> <p>(B) a mulher, durante a gravidez, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, uma vez por mês, para consultas médicas e exames complementares.</p> <p>(C) a empregada que adotar criança de um a quatro anos de idade fará jus à licença-maternidade de 60 dias.</p> <p>(D) a empregada tem direito a dois intervalos especiais diários, de quinze minutos cada um, para amamentar o filho de até seis meses de idade.</p> <p>(E) as mesmas disposições legais que regem o trabalho masculino aplicam-se ao da mulher, em caso de prorrogação do horário normal.</p>	<p>54. No curso do aviso prévio, o empregador arrepende-se e reconsidera o ato. Nesta hipótese, o</p> <p>(A) empregado poderá, se quiser, aceitar a reconsideração.</p> <p>(B) empregado está obrigado a aceitar a reconsideração do empregador.</p> <p>(C) aviso prévio é ato jurídico perfeito e acabado que não pode ser desfeito.</p> <p>(D) aviso prévio fica automaticamente sem efeito pela reconsideração do empregador.</p> <p>(E) arrependimento do empregador implica na formação de novo contrato de trabalho.</p>
<p>51. Os livros de registro de empregados</p> <p>(A) são obrigatórios apenas para as empresas que desenvolvem atividades insalubres ou perigosas.</p> <p>(B) são obrigatórios para todas as atividades.</p> <p>(C) não são obrigatórios.</p> <p>(D) são obrigatórios apenas para as empresas que empregam menores.</p> <p>(E) são obrigatórios apenas para as empresas que têm mais de 10 empregados.</p>	<p>55. O menor pode trabalhar como</p> <p>(A) empregado, entre 16 e 18 anos, sem qualquer restrição.</p> <p>(B) empregado, somente a partir dos 18 anos.</p> <p>(C) aprendiz a partir dos 12 anos.</p> <p>(D) aprendiz a partir dos 14 anos.</p> <p>(E) empregado a partir dos 14 anos, desde que com autorização paterna.</p>
<p>52. A duração do trabalho em regime de tempo parcial será de, no máximo,</p> <p>(A) 3 horas diárias.</p> <p>(B) 4 horas diárias.</p> <p>(C) 20 horas semanais.</p> <p>(D) 25 horas semanais.</p> <p>(E) 30 horas semanais.</p>	<p>56. De acordo com a CLT, o pagamento do salário poderá ser feito das seguintes formas:</p> <p>(A) moeda corrente no país e depósito em conta corrente bancária.</p> <p>(B) metade em moeda corrente e metade em gêneros alimentícios.</p> <p>(C) moeda corrente no país e cheque.</p> <p>(D) moeda corrente no país e vale-compra.</p> <p>(E) moeda corrente no país, cheque e depósito em conta corrente bancária.</p>

57. O prazo para que o Sindicato assuma a negociação com vista à celebração de acordo coletivo desejado pelos trabalhadores é

- (A) 5 dias úteis.
- (B) 7 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 9 dias.
- (E) 10 dias úteis.

58. O mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa é de

- (A) um ano sem recondução.
- (B) um ano, permitida uma recondução.
- (C) um ano, permitidas duas reconduções.
- (D) dois anos sem recondução.
- (E) dois anos, permitida uma recondução.

59. Um empregado foi dispensado no mês de maio, ocasião em que já havia recebido o adiantamento da gratificação de Natal, paga ao ensejo de suas férias. Nesta hipótese, o adiantamento

- (A) poderá ser compensado com o décimo terceiro devido ou com outro crédito de natureza trabalhista.
- (B) somente poderá ser compensado até o limite do crédito a que fizer jus a título de gratificação de Natal.
- (C) não poderá ser compensado em nenhuma hipótese.
- (D) somente poderá ser compensado se a dispensa ocorrer por justa causa.
- (E) somente poderá ser compensado se o empregado tiver pedido demissão.

60. A indenização no percentual de 20% sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante o contrato de trabalho é devida em caso de

- (A) rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregador.
- (B) despedida indireta reconhecida pela Justiça do Trabalho.
- (C) despedida por justa causa.
- (D) dispensa em término do contrato a prazo.
- (E) despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho.

C03 - Alternativas Corretas da Prova Tipo 0

Questão	Gabarito
1	D
2	E
3	B
4	E
5	E
6	A
7	C
8	C
9	B
10	A
11	D
12	B
13	A
14	C
15	E
16	C
17	E
18	D
19	B
20	D
21	B
22	A
23	E
24	D
25	C

Questão	Gabarito
26	E
27	D
28	D
29	B
30	C
31	B
32	E
33	B
34	C
35	A
36	E
37	A
38	D
39	B
40	E
41	A
42	D
43	D
44	E
45	A
46	A
47	C
48	D
49	D
50	C

Questão	Gabarito
51	B
52	D
53	B
54	A
55	D
56	A
57	C
58	B
59	A
60	E
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

Questão	Gabarito
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	